



■ ROLLEMBERG E PAULO PEREIRA PRESIDEM A INSTALAÇÃO DA FRENTE

Frente defenderá servidor

Raphael Veleda

Entidades que representam servidores públicos lançaram ontem a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, idealizada e presidida pelo deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). A Frente já conta com o apoio de quase 200 parlamentares e tem o objetivo de defender os servidores em suas lutas por melhores condições de trabalho.

A formalização da Frente ocorreu no Dia Nacional de Luta da categoria, que reuniu centenas de funcionários públicos em manifestações na Esplanada dos Ministérios e Câmara dos Deputados.

A estruturação dos planos de carreira de diversas categorias está entre os objetivos do grupo, assim como a rediscussão da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Neste momento, a principal demanda é a reformulação do Projeto de Lei Complementar 01/2007, que faz parte do PAC e estabelece

limites nos gastos com salários dos servidores públicos — a folha de pagamentos só pode crescer o percentual de 1,5% mais a inflação do período anterior.

■ Direito de greve

Rollemberg informou que pretende levar a fundo a discussão da regulamentação do direito de greve no serviço público. "E defendemos que a Secretaria de Recursos Humanos, que cuida dos servidores, não seja mais atrelada ao Ministério do Planejamento", afirmou.

O deputado Paulo Pereira da Silva (PDT/SP), ligado à Força Sindical e vice-presidente da Frente, pediu coragem aos participantes — a maioria governistas — para exigir as mudanças: "Temos que nos unir pois na Casa é difícil conseguir 150 votos quando o assunto é o direito trabalhista", explicou.

Quem também marcou presença na reunião foi o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi. Apesar de a sua Pasta não ser responsável diretamente pelo

funcionalismo público, ele compareceu "porque desejo que esta frente não fique só aqui na conversa, mas chegue aos brasileiros trabalhadores que não têm condições de vir aqui".

Sobre o projeto que impõe limites as reajustes, o ministro foi cauteloso, já que se trata de uma medida do PAC, mas ponderou: "Ainda está em estudo e os parlamentares podem e devem fazer ajustes. É natural e legítimo que o trabalhador queira aumento".

Esse assunto foi discutido à tarde pela Comissão Especial que dará parecer ao Projeto de Lei Complementar. A reunião contou com forte presença dos movimentos sindicais. Segundo o presidente da Central Única dos Trabalhadores, Artur Henrique da Silva, o projeto comprometerá a qualidade do serviço público, além de promover a contratação de empresas terceirizadas. "O servidor não é vilão. Em 1995 os gastos com pessoal representavam 52% das despesas da União. Hoje, representam 27,3%", assegurou.